

ÍNDICE GERAL

PALAVRAS INICIAIS..... 9

I. A FORMAÇÃO DA IDEIA DE UM “DIREITO DE FAMÍLIA”..... 11

INTRODUÇÃO	11
1. AUTONOMIA DO DIREITO DE FAMÍLIA: DIREITO ROMANO E DIREITO CANÔNICO.....	13
2. DIREITO DE FAMÍLIA: ENTRE O DIREITO PÚBLICO E O DIREITO PRIVADO...17	
3. O PROCESSO DE SISTEMATIZAÇÃO DO DIREITO DE FAMÍLIA: DE PUFENDORF A WOLFF	19
4. SISTEMATIZAÇÃO DO DIREITO DE FAMÍLIA EM HUGO E KANT	24
5. SISTEMATIZAÇÃO DO DIREITO DE FAMÍLIA NA ALEMANHA DO SÉCULO XIX: DE HEISE AO BGB	27
6. SISTEMATIZAÇÃO DO DIREITO DE FAMÍLIA NO BRASIL.....	30
7. DIREITO DE FAMÍLIA COMO UM MICROSSISTEMA	32
8. INTERDISCIPLINARIDADE NA NOVA SISTEMATIZAÇÃO DO DIREITO DE FAMÍLIA.....	34
9. A PERDA DO SISTEMA CODIFICADO E OS SISTEMAS JURÍDICOS SOCIALISTAS	36
10. CONVENIÊNCIA DA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DO CÓDIGO CIVIL	40
11. HARMONIZAÇÃO DO DIREITO E CÓDIGOS SUPRANACIONAIS	43
CONCLUSÕES	45

II. O IMAGINÁRIO DO CONSELHEIRO VASCONCELLOS: DIREITO ROMANO E DIREITO CIVIL NA VIRADA DO SÉCULO XIX..... 47

INTRODUÇÃO	47
1. DIREITO ROMANO E DIREITO CIVIL NA VIRADA DO SÉCULO XIX.....	50
2. FORMAÇÃO JURÍDICA DO CONSELHEIRO VASCONCELLOS: O DIREITO ROMANO ENTRE 1850 E 1864.....	60
2.1. <i>O início do ensino do direito romano no Brasil</i>	63
2.2. <i>Direito romano e direito civil na doutrina</i>	64
3. “DIGESTO VASCONCELLOS”	70

3.1. <i>Características gerais do seu manuscrito e sua cronologia</i> ...	70
3.2. <i>Edições e traduções do Digesto</i>	77
3.3. <i>Citações indiretas</i>	84
3.4. <i>Obras sobre o direito romano</i>	88
3.5. <i>Doutrina em geral</i>	92
3.6. <i>Obras de referência (dicionários, enciclopédias etc.)</i>	97
4. A BIBLIOTECA ROMANÍSTICA DO CONSELHEIRO VASCONCELLOS.....	99

III. HISTÓRIA E FUTURO DO DIREITO BRASILEIRO: A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DO DIREITO ROMANO NO SÉCULO XXI..... 105

INTRODUÇÃO	105
1. MOMENTO ATUAL DOS ESTUDOS ROMANÍSTICOS NO BRASIL.....	106
2. RAZÕES ATUAIS PARA O ESTUDO DO DIREITO ROMANO	111
2.1. <i>Conhecimento do passado para compreensão do presente</i>	115
2.2. <i>Modelo de comparação para crítica do presente</i>	118
2.3. <i>Base para harmonização do direito</i>	121
2.4. <i>A importância da compilação em si</i>	124
3. DIREITO PRIVADO CONTEMPORÂNEO E O ESTUDO PARALELO DO DIREITO ROMANO	127
CONCLUSÃO	132

IV. DOGMÁTICA E HISTÓRIA NO ESTUDO DO DIREITO ROMANO: A EXPERIÊNCIA DIDÁTICA BRASILEIRA 135

INTRODUÇÃO	135
1. DIDÁTICA DO DIREITO ROMANO NO BRASIL: SEUS MANUAIS NA FDUSP (SÉCULOS XIX A XXI).....	138
1.1. <i>Da fundação dos cursos jurídicos até o início do século XX</i>	139
1.1.1. A Postila de Sá e Benevides.....	144
1.1.2. O “Dutrão” e o “Dutrinha”	146
1.2. <i>A tentativa de renovação didática da primeira metade do século XX</i>	148
1.2.1. O Curso de Porchat	149
1.2.2. Retorno às Postilas: Corrêa.....	152
1.3. <i>A vinda de professores europeus em meados do século XX e os grandes manuais</i>	155
1.3.1. Influência de Sciascia na renovação do direito romano.....	156

1.3.2. O Manual Corrêa-Sciascia-Castro Corrêa	159
1.3.3. O Manual de Moreira Alves	163
1.3.4. A mudança metodológica no ensino do direito romano e o Curso de Marky	168
2. LIÇÕES DE UM ROMANISTA ITALIANO PARA A ROMANÍSTICA BRASILEIRA	178
2.1. <i>Estudo e ensino do direito romano na Europa da década de 1950</i>	178
2.2. <i>Aspectos do pensamento de Orestano úteis para uma tomada de consciência metodológica no Brasil</i>	183
2.2.1. Experiência jurídica e direito romano.....	184
2.2.2. Experiência jurídica romana e Corpus Iuris Civilis.....	186
2.2.3. Hierarquia entre fontes jurídicas e fontes não jurídicas	187
2.2.4. Direito público romano e pesquisa histórica.....	189
2.2.5. Direito romano e tradição romanística.....	190
3. AS MONOGRAFIAS DA ESCOLA PAULISTA DE DIREITO ROMANO	191
3.1. <i>As teses de Castro Corrêa e de Moreira Alves</i>	192
3.2. <i>A tese de Figueiredo Ferraz</i>	195
3.3. <i>O conjunto das teses da Escola Paulista de Direito Romano no século XXI</i>	197
CONCLUSÃO	210

V. COORDENAÇÃO DAS FONTES DO DIREITO NA LEI DA BOA RAZÃO E O DIREITO ROMANO: PERSPECTIVA BRASILEIRA.... 211

INTRODUÇÃO	211
1. CONTEXTO JURÍDICO PORTUGUÊS ANTERIOR ÀS REFORMAS POMBALINAS	213
1.1. <i>O “ius commune”</i>	214
1.2. <i>As Ordenações do Reino de Portugal e o ensino do direito</i> . 216	
1.2.1. Ordenações Afonsinas e as fontes jurídicas romanas	219
1.2.2. Ordenações Manuelinas e Filipinas e as fontes jurídicas romanas.....	221
2. AS REFORMAS POMBALINAS QUANTO ÀS FONTES SUBSIDIÁRIAS (EM ESPECIAL O DIREITO ROMANO).....	224
2.1. <i>Luís António Verney e o “verdadeiro método de estudar”</i> ... 224	
2.2. <i>Primeiros anos do reinado de José I e início de reformas</i> 226	
2.3. <i>Os livros para o estudo do direito</i>	230

2.4. Estudo direto de fontes jurídicas romanas	233
2.5. Carta de Lei de 18 de agosto de 1769 (Lei da Boa Razão) ..	234
2.6. Item nove da Lei da Boa Razão e o direito romano	235
3. CONSOLIDAÇÃO DAS REFORMAS NO AMBIENTE PORTUGUÊS ATÉ 1827	240
3.1. A reforma do ambiente universitário.....	240
3.1.1. O papel do direito romano segundo o “Compêndio Histórico”	242
3.1.2. O emprego de Heinécio e a mudança do método de estudo do direito romano	247
3.1.3. Os novos Estatutos de Coimbra.....	250
3.1.4. Noção de “boa razão” segundo os Estatutos e o direito comparado	251
3.2. O equilíbrio entre o direito romano e o direito comparado na doutrina do período	254
3.3. O direito romano subsidiário em Corrêa Telles.....	256
4. O DIREITO ROMANO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO ANTERIOR AO CC/1916	261
4.1. O papel do direito romano em Trigo de Loureiro.....	261
4.2. O ensino do direito romano na primeira metade do século XIX.....	263
4.3. O impulso ao direito romano na década de 1850.....	266
4.3.1. Início do estudo do direito romano nas Faculdades.....	266
4.3.2. Influência do direito romano na “Consolidação das Leis Civis” de Teixeira de Freitas.....	267
4.3.3. Manuais de direito romano no Brasil	269
4.4. As fontes subsidiárias na doutrina	271
4.4.1. Ribas	271
4.4.2. A “Legislação Comparada” de Beviláqua	273
4.5. Referências ao direito romano nas discussões do primeiro Código Civil.....	276
4.6. A prática do direito na virada do século XIX para o século XX.....	281
CONCLUSÕES.....	283
VI. O “CURSO ELEMENTAR” DE THOMAS MARKY.....	287
AS CIRCUNSTÂNCIAS DE MEADOS DO SÉCULO XX	287
AS CIRCUNSTÂNCIAS DO SÉCULO XXI	293

**VII. O ESTUDO DO DIGESTO PELA JURISROMANÍSTICA
BRASILEIRA: PASSADO, PRESENTE E FUTURO 297**

1. INTRODUÇÃO. TEORIA DAS MASSAS BLUHMIANAS COMO UM INDICADOR DO ESTADO DA JURISROMANÍSTICA	297
2. PRESENTE E FUTURO DO ESTUDO DO DIGESTO: REFLEXÃO CRÍTICA ACERCA DA TEORIA DAS MASSAS BLUHMIANAS.....	301
3. PASSADO DO ESTUDO DO DIGESTO: VISÃO GERAL DO DIREITO ROMANO COMO FONTE NO SÉCULO XIX.....	306
4. PASSADO DO ESTUDO DO DIGESTO: CITAÇÕES NOS JORNALS BRASILEIROS DO SÉCULO XIX.....	313
5. PASSADO DO ESTUDO DO DIGESTO: EDIÇÕES EM ACERVOS PÚBLICOS E PRIVADOS.....	316
6. PASSADO DO ESTUDO DO DIGESTO: IDAS E VINDAS NO SÉCULO XX.....	320
CONCLUSÃO	322

**VIII. *IN MEMORIAM* HANS HERMANN SEILER
(24.12.1929-16.06.2019)..... 325**

**IX. *IN MEMORIAM* JOSÉ CARLOS MOREIRA ALVES
(19.04.1933-06.10.2023)..... 335**

X. O ESTUDO DIRETO DAS FONTES ROMANAS NO BRASIL 349

1. INTRODUÇÃO	349
2. INSTITUTAS DE JUSTINIANO E SISTEMATIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL ATÉ O SÉCULO XVIII: AMBIENTE EUROPEU EM GERAL	353
3. DIGESTO E SISTEMATIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL NO SÉCULO XVIII: AMBIENTE PORTUGUÊS EM ESPECIAL	358
4. PAPEL CENTRAL DAS INSTITUTAS DE JUSTINIANO NO SISTEMA JURÍDICO LATINO-AMERICANO	369
5. INSTITUTAS DE JUSTINIANO E SISTEMATIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL NO BRASIL DO SÉCULO XIX.....	373
6. CONHECIMENTO DIRETO DAS FONTES ROMANAS NO SÉCULO XIX: QUADRO GERAL	378
7. CONHECIMENTO DIRETO DAS FONTES ROMANAS NO SÉCULO XIX: O EXEMPLO DE TEIXEIRA DE FREITAS	388

8. NOVO MOMENTO DO ESTUDO DIRETO DAS FONTES ROMANAS NO BRASIL.....	401
9. CONCLUSÃO.....	405

**XI. A SISTEMATIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL BRASILEIRO NO
PERÍODO PRÉ-CODIFICAÇÃO E O DIREITO ROMANO 409**

1. INTRODUÇÃO.....	409
2. BASE PORTUGUESA ATÉ 1854.....	411
3. A CONTRIBUIÇÃO SEMINAL DE TEIXEIRA DE FREITAS AO DIREITO BRASILEIRO.....	416
4. A PARTE GERAL.....	420
5. DIREITO DE FAMÍLIA.....	424
6. DIREITO DAS COISAS.....	427
7. DIREITO DAS OBRIGAÇÕES.....	430
8. DIREITO DAS SUCESSÕES.....	434
9. CONCLUSÃO.....	436

XII. A PARTE GERAL NO ESBOÇO DE TEIXEIRA DE FREITAS 439

INTRODUÇÃO.....	439
1. SURGIMENTO DA IDEIA E CONTEXTO ALEMÃO ATÉ A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX.....	442
2. TEIXEIRA DE FREITAS E O SISTEMA DA CONSOLIDAÇÃO.....	456
3. TEIXEIRA DE FREITAS E O SISTEMA DO ESBOÇO.....	461
4. A CARTA DE TEIXEIRA DE FREITAS (1867) E O CÓDIGO GERAL.....	465
5. SISTEMATIZAÇÃO FINAL DA PARTE GERAL PARA TEIXEIRA DE FREITAS: VOCABULÁRIO JURÍDICO.....	468
CONCLUSÃO.....	471